

Aprovada MP de concessões após acordo com a oposição

BRASÍLIA — O Governo fechou ontem um acordo com a oposição para excluir da medida provisória (MP) das concessões, aprovada ontem à noite pelo Congresso, a possibilidade de que ela também regulamentasse o setor das telecomunicações. A aprovação da MP como estava, permitiria a abertura de licitações no setor de telecomunicações já a partir de agosto. A aprovação da MP, no entanto viabiliza as privatizações da Excelsa — cujo leilão está marcado para o próximo dia 11 — e da Light, além de viabilizar a conclusão de 17 usinas hidrelétricas hoje paralisadas.

O acordo que retirou do texto as telecomunicações foi proposto pelo deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), líder do PDT, com o apoio do PPR, partido da base governista. A votação na Câmara foi de 259 votos a favor e 65 contra, com quatro abstenções. No Congresso, a votação foi simbólica. Com a aprovação, a regulamentação do setor precisará de uma lei específica.

— Agora, o momento é outro. Queremos avançar na regulamentação das emendas constitucionais aprovadas e preservar ao máximo o patrimônio público —, disse Miro Teixeira, que facilitou a votação, retirando todos os pedidos de destaque que faria à MP.

O setor elétrico, no entanto, ganha desde já novo impulso. De acordo com o relator da MP, José Carlos Aleluia (PFL—BA), são necessários investimentos de US\$ 5 bilhões por ano no setor e, em cinco anos, a metade desses recursos poderia vir da iniciativa privada. Ele afirmou que deverão ser retomados projetos hidrelétricos como os de Serra de Mesa (GO), Itá (SC), Igarapava (MG).

A lei permite ainda à União promover cisões, fusões, incorporações ou transformações societárias dos concessionários de serviço públicos sob o seu controle direto ou indireto. Isso significa que o Governo poderia desmembrar empresas como a Eletronorte e Furnas, facilitando sua privatização.